



LANÇADO CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

O Corecon-RJ lançou o Centro de Estudos para o Desenvolvimento - CED, uma incubadora de idéias, questionamentos e proposições para pensar o Brasil a partir de uma visão de longo prazo, como o definiu o professor João Paulo de Almeida Magalhães, presidente do Conselho Regional de Economia. No ato de lançamento, a homenagem a Hélio Jaguaribe, Carlos Lessa e Samuel Pinheiro Guimarães. Nesta edição, um resumo do que cada um pensa sobre o desenvolvimento brasileiro. Pág. 7 a 11

**Tito Ryff escreve:
"Elementar, meu
caro Max..."**

Página 5

**Fórum propõe Lei
de Responsabilidade
Fiscal e Social**

Página 15

**Aberta inscrição para
Prêmio de Monografia
Celso Furtado 2006**

Página 16

EDITORIAL

Em busca de novos caminhos

O lançamento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento – CED – é o destaque desta edição, a de número 200. Proposto pelas entidades de economia do Rio de Janeiro, a idéia de sua criação obteve, de pronto, o apoio e a adesão de Conselhos Regionais de Economia de vários estados e de diversas entidades e movimentos sociais.

Três pensadores do desenvolvimento brasileiro foram homenageados no ato de lançamento, pelas suas contribuições: Hélio Jaguaribe, Samuel Pinheiro Guimarães e Carlos Lessa. Todos comprometidos com formulações de políticas públicas de longo prazo. Jaguaribe, por exemplo, considera um “escândalo” que o país não cresça, praticamente, há duas décadas e meia, na proporção de suas necessidades, mesmo com a imensa capacidade e diversidade produtiva, aliada às riquezas naturais que o país conta e dispõe.

Lessa mantém o ponto de vista de que os caminhos para o desenvolvimento do Brasil não virão de exemplos e nem de receitas de

outros países, mas descobrindo esses caminhos a partir de nossa própria realidade. E analisa algumas questões estruturais do país, como a Previdência Social. Já o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães discorre sobre as novas formas, nem sempre tão sutis, da imposição do poder mundial contemporâneo, tanto econômico, quanto militar, tecnológico e ideológico. E conclui que sempre será tempo de encontrar os rumos para o livre desenvolvimento do país: “O tempo, aliás, nunca se encerrará porque nunca deixaremos de lutar”.

Já em pleno curso do processo eleitoral, que desembocará em outubro próximo com a eleição do novo presidente da República, a discussão sobre os rumos do Brasil e que visões de longo prazo devemos abraçar para o país é mais do que oportuna. Ela é uma necessidade fundamental. É com o intuito de oferecer propostas e sugestões para atender a essa necessidade que o CED foi criado. Que tenha uma vida longa e rica em idéias, questionamentos e proposições. ■

Sumário

- Página 3** Planejamento – As novas pistas para o desenvolvimento regional
- Página 5** Conjuntura – Rudimentar, meu caro Max...
- Página 7** Especial - Lançamento do Centro de Estudos para o Desenvolvimento
Hélio Jaguaribe - A estagnação é um escândalo
Samuel Pinheiro Guimarães - As novas formas de persuasão e hegemonia
Carlos Lessa - Os desafios de como crescer
João Paulo de Almeida Magalhães - Lutar por uma visão de longo prazo
- Página 12** Polêmica – Febraban divulga pesquisa: *spread* dos bancos é de 1%
- Página 15** FPO – Entidades se mobilizam pela criação de nova lei
- Página 16** Corecon-RJ lança novo Prêmio de Monografia Celso Furtado
Flagrantes do CED



Capa: lançamento do CED no Salão de Sessões do Centro Cultural Justiça Federal (fotos 1, 2, 3); Samuel Pinheiro Guimarães recebe homenagem (4); Pinheiro Guimarães e João Paulo de Almeida Magalhães (5); os homenageados (6); Paulo Passarinho (7); Lessa, Jaguaribe e Pinheiro Guimarães (8); e Sidney Pascotto (9)

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ
ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: imprensa@corecon-rj.org.br

Reportagem: Rebecca Ramos

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:
Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar
Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br
internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães - **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto - **Conselheiros Efetivos:** 1º terço (2005/07): Reinaldo Gonçalves, Ruth Espinola Soriano de Mello, João Paulo de Almeida Magalhães - 2º terço (2003/05): Gilberto Caputo Santos, Antônio Melki Júnior, Paulo Sérgio Souto - 3º terço (2004/06): Carlos Henrique Tibiriça Miranda, José Antônio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinho Nascimento **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005/07): Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmann Young, Regina Lúcia Gadioli dos Santos. 2º terço (2003/05): Antônio Augusto de, Albuquerque Costa, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira - 3º terço (2004/06): Ângela Maria de Lemos Gelli, Jorge Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609
Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000
Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192
Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascoutto da Rocha. **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascoutto da Rocha. **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares. **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza. **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa. **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriça Miranda e Wellington Leonardo da Silva. **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos. **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz. **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha. **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.

PLANEJAMENTO Eduardo Duprat F. Mello*

As novas pistas para o desenvolvimento regional

Das aerotrópolis aos aeroportos-indústria as possibilidades de um desenvolvimento local novo e integrado. No século 18 foram os portos, no 19 as ferrovias e no 20, as estradas. Agora, estamos no século dos aeroportos.

As últimas décadas viram sucederem-se diferentes paradigmas de desenvolvimento regional, quase sempre refletindo as macro-tendências da conjuntura econômica que o país atravessou. O planejamento do desenvolvimento teve desde formulações com base nos conceitos de centralidade e de pólos irradiadores (Walter Cristaller) até as recentes estratégias voltadas para o desenvolvimento local, onde se destacam pensadores como o geógrafo Milton Santos.

No primeiro caso, diversos programas de governo procuraram, através de grandes projetos industriais – “âncoras”, investimentos em infra-estrutura ou incentivos fiscais diferenciados, induzir o crescimento econômico em regiões que revelassem potencial estratégico para expansão de atividades produtivas.

Essa diretriz, com suas diferentes vertentes, pontificou desde os anos 40 até a crise do Estado empreendedor, no início dos anos 80, tendo sido responsável pela implantação de indústrias estatais mineradoras, siderúrgicas, petroquímicas etc, pelos programas dentro do escopo do Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), como Sudam e Sudene, e pela criação dos distritos industriais.

Em contrapartida, o desenvolvimento econômico local ganhou força na esteira da globalização dos processos produtivos, intensificada ao fim da década de 80, que trouxe consigo grave exclusão de regiões não competitivas nos novos jogos do mercado mundial.

O DEL - ou DELIS, incorporando os conceitos de “integrado e sustentável” – pressupõe o crescimento a partir de elementos endógenos, enxergando a mobilização democrática e produtiva dos territórios como uma via de transformação social. A noção de território – “não mais visível em fotos de satélite” – passa a envolver lugares e fluxos, com as localidades conectadas por dentro e por fora.

O aeroporto transforma-se, assim, no distrito central dos negócios (*Central Business District*), fornecendo emprego e clientes e a ambientação para o entretenimento e para os contatos empresariais

Surgiram as redes de cooperação e as iniciativas de apoio à consolidação de clusters e arranjos produtivos locais, buscando replicar o sucesso obtido em regiões como o sul da Itália. Intensificaram-se as parcerias entre os diferentes atores do processo, envolvendo os setores público e privado, Ongs, Oscips e a sociedade civil organizada.

Aerotrópolis e aeroportos-indústria

Hoje, o que se pode tomar como resultante de todos essas experiências é que as chaves do desenvolvimento regional são bastante específicas em termos de espaço e tempo, requerem iniciativas diferenciadas quanto às metodologias, às ênfases temáticas e à abrangência geográfica, e que o seu êxito depende, sobretudo, de quatro elementos fundamentais, a saber: criatividade, oportunidade, gestão e capacitação. Uma feliz conjugação desses fatores faz com que os recursos financeiros e a articulação política, embora representem elementos importantes, transformem-se numa decorrência natural, e não necessariamente no motor propulsor.

De fato, já se acumulam exemplos de projetos em cidades

e regiões que, independentemente de qualquer vocação local previamente mapeada, ou de projetos âncoras, ou mesmo de incentivos fiscais, alçaram vôo e viraram, eles próprios, modelos para o desenvolvimento regional, guardadas suas especificidades.

Uma das mais recentes iniciativas nesse sentido são as chamadas “aerotrópolis”, termo criado por John Kasarda, diretor do *Kenan Institute of Private Enterprise*, da Universidade da Carolina do Norte, para caracterizar novos centros residenciais e comerciais irradiados a partir dos terminais aeroportuários.

A exemplo dos projetos já implantados ou em fase de planejamento nos aeroportos de Paris (França), Hong-Kong, Seul (Coreia), Texas, Ontário e Michigan (EUA) e Campinas (Brasil), configuram espaços urbanos aptos a abrigar escritórios, comércio varejista, restaurantes, hotéis, centros de convenções, espaços culturais e até parques de entretenimento.

O aeroporto transforma-se, assim, no distrito central dos



O objetivo imediato é a redução de custos com armazenagem, transporte, impostos e segurança, e as empresas selecionadas têm isenção de imposto de importação, na compra de itens que agregam valor às suas próprias exportações

negócios (*Central Business District*), fornecendo emprego e clientes e a ambientação para o entretenimento e para os contatos empresariais. John Kasarda compara a função prevista para os aeroportos no século 21

à que tiveram as estradas no século 20, as ferrovias no século 19 e os portos marítimos no século 18, sendo que a agilidade e a acessibilidade representam, mais que nunca, poderosos diferenciais logísticos.

As empresas dependem cada vez mais do transporte aéreo para mover rapidamente pessoas e bens em uma economia globalizada, e os aeroportos constituem escritórios provisórios para milhares de viajantes, a cada dia, e locais de trabalho permanentes para outros tantos. *Chicago O'Hare*, por exemplo, emprega mais de 50 mil pessoas, suficientes para povoar uma cidade de pequeno porte, enquanto empresários do mundo inteiro transitam pelos centros de conferência nas cercanias do aeroporto.

Os benefícios previstos para a comunidade com o desenvolvimento de uma Aerotrópolis

incluem a presença internacional dos negócios, o aumento na base de impostos, o aumento do fluxo de visitantes à região, o estímulo à construção civil e o desenvolvimento do comércio e dos serviços locais, além da incorporação de novos conceitos e processos tecnológicos.

Em menor escala, mas também considerado como instrumento de desenvolvimento regional, cresce no Brasil o projeto dos aeroportos-indústria. Hoje totalmente regulamentado, o projeto foi concebido entre 2000 e 2001 pela Infraero, juntamente com a Receita Federal, a Camex e o Ministério do Desenvolvimento, da Indústria e do Comércio Exterior, a partir da experiência americana de utilização de bases desativadas nos aeroportos por grandes empresas.

O objetivo imediato é a redução de custos com armazenagem, transporte, impostos e segurança, e as empresas selecionadas têm isenção de imposto de importação, na compra de itens que agregam valor às suas próprias exportações. A experiência trouxe bons resultados nos EUA, na Europa e na Ásia. Em *Los Angeles*, o

distrito industrial anexo ao aeroporto responde por cerca de 400 mil empregos, diretos e indiretos. Em torno do *Dallas-Fort Worth International*, instalaram-se 2 mil empresas. Já o Aeroporto de Schiphol, na Holanda, movimentava o equivalente a 1,9 % do PIB do país.

A instalação de aeroportos-indústria já teve início nos aeroportos internacionais do Galeão e Tancredo Neves (MG), nos aeroportos de São José dos Campos, em São Paulo, e de Petrolina, em Pernambuco. A tendência é que, muito em breve, os aeroportos internacionais não sejam mais locais destinados apenas ao embarque e desembarque de passageiros dispostos a, quando muito, saborear um rápido cafezinho ou comprar as lembranças de última hora. ■

Economista (PUC-RJ), MBA em Gerência de Projetos (FGV). Especializações em Localização Industrial (IPPUR/UFRJ), Análise de Conjuntura (IE/UFRJ) e Desenvolvimento Econômico Local (DELNET/OIT). Superintendente de Planejamento e Gestão no Governo do Estado do Rio de Janeiro.

**Seu sonho é ser
DIPLOMATA?**

Curso preparatório completo para a Carreira Diplomática com certificado de pós-graduação. A melhor aprovação desde 1997.

dnec
Diretoria de Negócios Corporativos
www.dnec.uam.edu.br

Sua direção é a
Argus
Cultura e Treinamento

UCAM
Universidade Católica Mendes
www.uam.edu.br

2544-1525
www.arguscultura.com.br
cursos@arguscultura.com.br
Desconto para economistas registrados.

MBA em Diplomacia e Negócios Internacionais
**Sua meta é a área
INTERNACIONAL?**



Rudimentar, meu caro Max...



Paul Samuelson



Max Planck

Paul Samuelson, Prêmio Nobel de Economia em 1970, conta, em uma das primeiras edições de seu famoso livro de introdução à economia, a seguinte história: *Max Planck, Prêmio Nobel de Física, pioneiro da física quântica, teria dito, modestamente, que havia tentado tornar-se economista, mas que a dificuldade da ciência econômica o havia desencorajado. A história foi contada ao pioneiro da lógica matemática moderna, Lorde Bertrand Russell, que comentou: "Estranho! Comigo aconteceu o contrário. Desisti de estudar economia porque a achei demasiado fácil".*

Quem sou eu para dirimir controvérsia de gênios? Ainda assim, arrisco-me a afirmar que a economia é uma ciência relativamente simples, que alguns economistas se empenham em tornar difícil. Basta analisar a atual querela em torno da necessidade – ou não – de se manter um superávit primário da ordem de 4,25% do PIB.

A dimensão do superávit é função do tamanho da conta de juros. Quanto mais altos os juros, maior o superávit primário necessário para impedir o crescimento da relação Dívida/PIB. Pode acontecer, como ocorreu nos últimos 12 meses, que os juros se tornem tão altos que mesmo a obtenção de um superávit bem superior ao programado inicialmente pelo governo seja insuficiente para evitar o crescimento da dívida em relação ao PIB. E isso, não só porque os juros altos incham a dívida, mas, também, porque encolhem o PIB.

E o que acontece quando os juros baixam? Exatamente o oposto, ou seja, a dívida diminui, pouco a pouco, e o PIB cresce, impulsionado pelo crédito mais

barato que estimula o consumo e os investimentos. Com o crescimento do PIB, aumenta, mais do que proporcionalmente, a receita tributária do governo (basta pensar nas alíquotas crescentes do Imposto de Renda e na expansão da economia formal). O resultado natural dessa cadeia de eventos positivos é que aumentam os investimentos, tanto do setor privado quanto do setor público, o que eleva a produtividade e amplia a capacidade de produção da economia, conferindo continuidade ao crescimento econômico. Quando isso ocorre, o que deve fazer o governo? Manter o nível elevado da relação Dívida/PIB, o que exigiria uma redução significativa e persistente do superávit primário, ou aproveitar o ciclo expansionista para acelerar a queda do estoque da dívida e empurrar a taxa de juros ladeira abaixo?

Vamos supor que o bom senso recomende a segunda opção. Alguns analistas parecem acreditar que, nesse caso, o governo terá que aumentar o superávit primário comprimindo, ainda mais, suas despesas de

custeio e de investimento. Nada mais falso. Basta recorrer à aritmética elementar para perceber que PIB, receita tributária, despesas de governo e superávit primário podem todos crescer simultaneamente e, ao mesmo tempo, proporcionar uma queda da relação Dívida/PIB.

Juros fora da ordem

Para que a relação Dívida/PIB não cresça, é necessário que a soma do superávit primário (expresso como percentagem do PIB) e da taxa de crescimento real do PIB seja superior ao impacto que os juros reais têm sobre o estoque da dívida. Ou seja, se, com juros reais de 14%, a economia só cresce 3%, e o estoque da dívida representa 57% do PIB, um superávit primário de 4,25% é insuficiente para impedir o crescimento da dívida. A soma do superávit primário e do crescimento da economia ($4,25\% + 3,00\% = 7,25\%$) ficará aquém do impacto dos juros sobre a dívida ($14\% \times 57\% = 7,98\%$).

No entanto, se os juros caírem para 10% e, conseqüentemente,

a taxa anual de crescimento do PIB se elevar para 5%, o superávit primário de 4,25% será mais do que suficiente para evitar o crescimento da dívida. Basta repetir o cálculo feito anteriormente para verificar-se que, agora, a soma do superávit primário e da taxa de crescimento ($4,25\% + 5\% = 9,25\%$) supera amplamente o impacto dos juros sobre a dívida ($10\% \times 57\% = 5,7\%$). Ou seja, mesmo mantendo o nível do superávit primário, o governo consegue acelerar a queda da relação Dívida/PIB.

Mais interessante ainda, esse resultado pode ser conjugado com aumento real das despesas do governo (de custeio e/ou de investimento) ou com redução da carga tributária. Isso porque o crescimento de 5% na economia gerará um aumento percentual equivalente, ou superior, da arrecadação tributária. Ou seja, se a receita tributária crescer 5% ao ano (ou mais), em termos reais, o mesmo poderá acontecer com as despesas do governo e com o valor do superávit primário, mesmo que este fique estacionado em 4,25% do PIB! Senão, veja-

mos. Suponhamos que as despesas representem 32% de um PIB de valor igual a 100. E que o PIB registre um aumento de 5% (reais). O mesmo percentual de despesas (32%) equivaleria, agora, a 33,6 unidades monetárias, cada uma delas com poder aquisitivo idêntico ao das 32 anteriores. O governo poderia, em vez de gastar a totalidade da 1,6 unidade adicional, destinar a metade à ampliação do superávit primário.

Mas Max Planck poderia continuar sem saber qual o primeiro movimento a ser feito: reduzir os juros ou aumentar o superávit primário? Como bom cientista, ele começaria por se perguntar: é o superávit primário que é demasiado pequeno ou são os juros que estão demasiadamente altos? Qualquer comparação internacional nos mostrará que nosso déficit nominal (superávit primário menos as despesas com juros) não destoa do padrão europeu, por exemplo, ou do que acontece na economia norteamericana. Já nossos juros parecem absolutamente insaciáveis: querem comer uma fatia sempre maior do PIB.

Embora o Banco Central nos tranquilize, afirmando que juros

Embora o Banco Central nos tranquilize, afirmando que juros reais de 14% (agora, um pouco menos) são apenas temporários, a verdade é que o país convive, há mais de 10 anos, com juros reais superiores a dois dígitos, sempre com a promessa de que o fenômeno é passageiro

reais de 14% (agora, um pouco menos) são apenas temporários, a verdade é que o país convive, há mais de 10 anos, com juros reais superiores a dois dígitos, sempre com a promessa de que o fenômeno é passageiro. Enquanto isso, a taxa real média de juros de 40 países, a maioria nações emergentes com situação econômica mais precária ou vulnerável que a nossa, gira em torno de 1,3% ao ano. Portanto, o que parece estar fora da (nova) ordem mundial são os nossos juros.

Além disso, pensando logicamente, Planck chegaria à conclusão de que um aumento do superávit primário (redução do custeio e do investimento do governo), com taxas de juros já

tão altas, deprimiria mais ainda o PIB, o que poderia anular o resultado desejado de redução da relação Dívida/PIB. Já a queda dos juros, ao contrário, impulsionaria o crescimento da economia, potencializando o efeito de redução do tamanho da dívida em relação ao PIB. Contudo, prudente como todo cientista, manteria o nível do superávit primário, até verificar qual o impacto que essa redução dos juros teria sobre o PIB e a inflação.

A essa altura, Max Planck estaria a ponto de dar razão a Bertrand Russell, ao perceber que quanto maior o crescimento da economia, mais fácil gerar superávits primários; o que torna possível reduzir juros e aumentar o superávit primário, simultaneamente. Mas como “não há almoço grátis”, como gostam de lembrar os neoliberais, quem paga a conta desse milagre econômico? Os juros pagariam a fatura, é claro. Ou melhor, quem vive de recebê-los são aqueles que os economistas, bons na criação de neologismos, chamam de rentistas.

Mas, se tudo é assim tão meridianamente claro, por que tanta polêmica em torno de assunto tão banal? Os que de-

fendem a manutenção de juros estratosféricos sempre têm uma *ultima ratio*. Antes, afirmavam que os juros altos eram necessários para estimular a entrada de capital financeiro, indispensável para equilibrar nossas contas externas. O câmbio flexível, o saldo expressivo da balança comercial e a persistente entrada de investimento estrangeiro (mesmo passado o período da privatização) jogaram por terra esse argumento. Agora, afirmam que o descrédito do Estado brasileiro é de tal ordem que as autoridades monetárias não conseguiriam “rolar” a dívida, pagando taxas de juros reais inferiores a dois dígitos. Ou, ainda, que taxas de juros muito altas são necessárias para manter baixa a inflação, em um país com forte cultura inflacionária, como o Brasil.

Isto é, haveria uma “maldição brasileira” que nos torna diferentes do resto do mundo. Mas, aí, já estamos adentrando o terreno movediço da economia política, no qual a aritmética não tem vez. Receio que tenha sido por essas e outras que Max Planck tenha desistido de estudar economia. ■

* Economista e Secretário Estadual de Planejamento.

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS DO CORECON-RJ PARA 2006

Publicamos a seguir uma relação dos cursos que vêm se desenvolvendo e outros que estão para se iniciar proximamente.

CURSO DE ESTATÍSTICA - INDICADORES ECONÔMICOS CONJUNTURAIS: TEORIA E PRÁTICA

De 20 de abril a 8 de junho, às quintas-feiras, de 18h45 às 21h30 - Curso de 24 horas-aula.

Professores: Carmen Feijó, Elvio Valente - Márcio S. Araujo - Paulo Gonzaga Mibielli de Carvalho

ECONOMIA POLÍTICA INTERNACIONAL

De 28 de abril a 23 de junho, às sextas-feiras. Curso de 24 horas-aula.

Professor Carlos Eduardo da Rosa Martins

ECONOMIA BRASILEIRA: EVOLUÇÃO PÓS-REAL E CONTROVÉRSIAS ATUAIS

De 17 de maio a 19 de julho às quartas-feiras - de 18h45 às 21h30. Curso de 30 horas-aula.

Professor Carlos Augusto Vidotto

HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO: GRANDES PENSADORES

De 22 de junho a 24 de agosto - de 18h45 às 21h30 - às quintas-feiras - Curso de 24 horas-aula.

Professor André Augusto

CURSO ANÁLISE DE INVESTIMENTO

Dias 17, 18, 24, 25 e 26 de julho - de 18h45 às 21h30 - Curso de 15 horas-aula. Professor Eduardo de Sá Fortes

Mais informações na página www.economistas.org.br

LANÇAMENTO DO CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO

Os desafios de como crescer

O Corecon-RJ lançou, em março, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento, uma incubadora de idéias, projetos, debates e proposições para servir como instrumento de busca de respostas para o desafio de promover, no país, discussões e decisões sobre os caminhos para um desenvolvimento de longo prazo para o Brasil. Caminhos que proporcionem esse desenvolvimento amplo e generalizado, da economia à cultura, e capaz de promover melhoria nas condições de vida da população.

Ao lançamento na Sala de Sessões do Centro Cultural da Justiça Federal estiveram presentes os professores Hélio Jaguaribe e Carlos Lessa, e o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Executivo do Itamaraty. Eles foram homenageados pelas suas

contribuições ao país, tanto na produção de conhecimentos quanto na defesa e execução de medidas e de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento brasileiro, sob essa perspectiva do longo prazo, isto é, do enfrentamento das grandes questões estruturais que travam, em nosso país, o avanço, o alargamento e o aprofundamento da democracia, do crescimento econômico, da promoção dos direitos de cidadania, respeitando as etnias e as diversidades culturais que compõem e representam o Brasil.

Publicamos, a seguir, uma edição resumida das palestras apresentadas por cada um dos homenageados, bem como do anfitrião da noite de lançamento do CED e também professor, João Paulo de Almeida Magalhães, presidente do Corecon-RJ.

A estagnação é um escândalo

Hélio Jaguaribe, sociólogo

DESEJO EM PRIMEIRO lugar agradecer e parabenizar as entidades de economistas, sobretudo, pela iniciativa de criar um Centro de Desenvolvimento. Nada é mais urgente, imperativo e absolutamente necessário, neste momento, no Brasil, do que retomar a idéia de desenvolvimento. É escandaloso pensar que este país está estagnado há 25 anos. Passaram pela presidência da República pessoas de excelente qualidade, como Fernando Henrique Cardoso, e ficamos estagnados; agora, um homem brilhante, como o Presidente Lula, e continuamos estagnados.

A situação brasileira é extremamente preocupante. A história, entre muitas outras coisas, é uma seqüência de prazos que se abrem e se fecham. Alguns países conseguem utilizar estes prazos e outros os perdem. Abriu-se com o Renascimento e com o primeiro impulso de modernização um prazo histórico, com a Revolução Mercantil. A Europa ocidental soube utilizar este prazo e os orientais não souberam. Abriu-se um segundo prazo, com a Revolução Industrial, e mais uma vez a Europa ocidental e depois o EUA souberam utilizar o prazo e, no-



Foto Samuel Iosia

vamente, os orientais e, agora, a América Latina, perderam o prazo.

Neste momento, o Brasil está perdendo prazo de poder se nivelar nesse processo de ressurgimento de países como China, Índia, Coréia, que estão tendo taxas de crescimento extremamente elevadas, embora apresentando diferenças profundas em relação ao nosso país. O que importa, entretanto, é que eles estão tendo taxas de desenvolvimento de 6%, 10%, e nós,

pifamente, entre 2% e 3%. O Brasil não pode perder o próximo quadriênio, mantendo essa política neoliberal, monetarista e estagnadora, onde, em nome de um aparente equilíbrio macroeconômico, se incrementam o endividamento e se estagna o país, impedindo que as grandes massas tenham acesso a níveis superiores de vida e de participação social.

Temos 50 milhões de brasileiros marginalizados em nosso país. Temos que fazer um processo de aceleração do desenvolvimento e ao mesmo tempo incorporação ativa das grandes massas a níveis superiores de cidadania e de participação. Esta é uma urgência absoluta e, nesse sentido, fico muito feliz em ver aqui, nesta cidade, e em alguns outros centros brasileiros, esta oportuníssima iniciativa do Centro de Estudos para o Desenvolvimento. Está se criando uma agência para se pensar.

Um grande Haiti

O que significa retomar o crescimento e o desenvolvimento econômico e social? No fundo duas coisas: por um lado, a formulação em bom nível teórico de um pensamento alternativo, do pensamento não liberal. Neste

ESPECIAL

sentido, o livro do professor João Paulo de Almeida Magalhães é uma formulação teórica competente, séria, absolutamente viável e tecnicamente correta de mostrar como é possível um desenvolvimentismo que não seja uma coisa populista e alucinada. É o desenvolvimentismo tecnicamente viável e politicamente exequível. Isto é o que um Centro de Estudos como esse precisa fazer.

De outro lado, é necessário que se induza a classe política, os partidos e, naturalmente, os titulares do poder Executivo de cada período histórico, para que não eles faltem ao processo de desenvolvimento. Não podemos aceitar a idéia de continuar com essas pífias taxas de 2%, 3%. Temos que, aceleradamente, alcançar taxas de crescimento não inferiores a 6% e, também, temos que reorientar o nosso crescimento

econômico, no sentido que, ademais as coisas óbvias ligadas à infraestrutura, indústria de base etc, ele tenha um forte poder incorporador dos marginais brasileiros. O Brasil não pode ser um pequeno centro de classe média, cercado por um oceano de marginalidade. É muito simples: ou incorporamos a marginalidade brasileira ou, dentro de um prazo não demasiadamente grande, o Brasil vai se tornar um grande Haiti.

As novas formas de persuasão e hegemonia

Samuel Pinheiro Guimarães, Secretário-Executivo do Itamaraty



Foto Samuel Tosta

professor João Paulo de Almeida Magalhães acaba de apresentar uma nova estratégia, este Brasil não se encontra sozinho. Ou seja, não podemos traçar uma estratégia de desenvolvimento, isolados do mundo, mundo esse que se caracteriza, em primeiro lugar, e acima de tudo, por um progresso científico e tecnológico muito acelerado. Não é um progresso comum porque ele não apenas se realiza, mas se realiza a passos cada vez mais rápidos. A leitura superficial dos jornais nos mostra isso. Esse processo tecnológico altera os modos de produzir e de guerrear. Altera a força dentro do sistema.

O sistema econômico internacional não é um sistema, portanto, não parcial. Ele é um processo de luta pela distribuição do produto mundial; os países lutam para se apropriar de uma parcela maior do produto mundial e usam para isso de vários instrumentos. Nesse processo o que se verifica é uma extraordinária concentração de poder. Esse próprio progresso científico e tecnológico se realiza no centro do sistema e leva a uma concentração de poder militar, ideológico, econômico, tecnológico, de forma extraordinária. Esse centro do sistema é basicamente a Europa ocidental, os EUA e o Japão, os países que no passado souberam aproveitar as janelas de oportunidades que se abriram para eles, e mais alguns outros. Nesses países, a riqueza se acumula de forma extraordinária.

A distância entre a renda *per capita* do Brasil e a dos EUA, em 1950, era muito menor do que é hoje. Nós não estamos em um processo de desenvolvimento, estamos em um processo

de subdesenvolvimento relativo, naturalmente, porque o desenvolvimento é sempre um fenômeno relativo, ele não é isolado. E vou citar alguns dados para vocês terem uma idéia. Das cerca de 90 mil patentes que são registradas anualmente no mundo, 45 mil são registradas por empresas americanas. Patente significa modos de produzir mais barato, portanto, maior competitividade dessas empresas em relação às demais. Se verificarmos em termos de poder, por trás desse poder tecnológico há um poder científico extraordinário que é o poder militar.

Os EUA têm um poder militar equivalente às nove maiores potências militares somadas, em termos de gastos e não como uma medida que permita equalizar. Mas se compararmos em termos de arsenal nuclear, o gasto é igual à soma dos maiores, o que significa inclusive um impulso tecnológico extraordinário, e uma grande parte deste gasto é investido em pesquisa científica e tecnológica. Todo programa espacial, nuclear, todo programa dos mais diferentes setores, há um investimento enorme através das forças armadas.

A contenção da periferia

A questão é que, no centro desse sistema, essa população é relativamente estagnada. A população cresce muito pouco na Alemanha, Itália e França; cresce um pouco mais pelas imigrações, que geram um outro tipo de problema. Nos EUA, ela também cresce por causa das imigrações. Isso significa que o grande objetivo dessas sociedades é manter

UMA COISA QUE PARECE óbvia é que o processo de desenvolvimento econômico é um processo de integração da economia, de integração da força de trabalho, como disse o professor Hélio Jaguaribe, um sistema moderno e produtivo. É um processo de integração da estrutura industrial do país, da estrutura científica, e de superação das lacunas que hoje existem. Nesse processo, entendo que há uma indispensabilidade da ação do Estado, pois sem a ação do Estado o processo de desenvolvimento, levando em conta o sistema econômico internacional, a existência das gigantescas empresas multinacionais, esse processo, então, tende a não se realizar, a ser excludente e a fragmentar a economia e a sociedade. Daí a indispensabilidade da ação do Estado para promover o desenvolvimento.

O Brasil que sonhamos e para o qual o

esses níveis de bem-estar, manter esse nível de concentração de poder e não distribuí-lo.

Claro que temos, digamos, programas retóricos, de assistência aqui, um projetinho de educação, outro de cultura ali, através de organismos internacionais ou de programas bilaterais de cooperação técnica, mas a idéia é manter os níveis de vida em uma periferia que cada vez é maior, mais numerosa, conflituosa, inclusive por causa da ação do centro. Não é porque ela seja conflituosa em si, mas esse conflito decorre das políticas que muitas vezes são impostas à periferia do sistema. Essa contenção da periferia é uma visão que acho importante, uma visão ideológica nova do centro do sistema.

Essa visão passa pela idéia da possibilidade de impor modelos políticos. Há determinados países que dizem que “este modelo político é o bom para você”, de modo que, ao mesmo tempo, este modelo econômico, qualquer que ele seja, é apresentado para a periferia como o que é bom para ela. E é um processo de imposição de modelos, naturalmente, em um contexto em que as grandes empresas multinacionais, que operam em todos os países, se beneficiam. Não há, por sua vez, uma enorme violência de arbítrio. Pode-se ler nos jornais que países são invadidos sob pretextos que, depois, se verifica que esses pretextos não existiam e os países invadidos

são destruídos. São exemplos para aqueles que desafiam o centro do sistema internacional. Agora, há outros candidatos na fila, como Irã, Venezuela..., países que não estão na Europa.

Mas como eu fomento isso? Isso não é feito pela força e, sim, por um enorme esforço de normatização internacional, e essa normatização se realiza na esfera militar, ambiental, tecnológica e também na esfera econômica, que é do nosso interesse. Como? Através do estabelecimento de normas internacionais que esses países venham a aceitar; e elas têm como seu principal objetivo dificultar a ação dos Estados nacionais, na proteção das suas economias. Elas têm certos objetivos e se negociam determinadas normas internacionais para que o ambiente, digamos, econômico, internacional, permita a melhor atuação das empresas do centro do sistema. Tornar inviável aquela idéia da indispensabilidade do Estado e impedir que o Estado exerça a sua função.

Essas negociações se realizam nos mais diferentes fóruns, desde a Organização Mundial do Comércio, como nas negociações hemisféricas do tipo da Alca ou bilaterais, do tipo do Tratado do Livre Comércio. E todas elas têm como objetivo liberalizar, abrir os mercados de bens de capital para a ação não da pequena empresa local, obviamente, mas das empresas multinacionais que pertencem aos países do centro do sistema. A novidade dessas negociações

é que antigamente elas não se referiam às políticas internas. Por exemplo: na OMC foram negociadas regras relativas aos investimentos e, por essas regras, o Estado não pode ter o que fez no passado, como os programas de promoção de exportação. Isso está proibido. Às vezes é feito, mas não significa que seja permitido.

O que ocorre com o Estado que não obedece? Ele vem a ser penalizado, eventualmente uns mais, outros menos, dependendo da sua atitude geral. Isso ocorre na área dos capitais, por exemplo. A liberdade para ingresso e saída de capitais, sem nenhuma orientação para o investimento estrangeiro e com todos os benefícios possíveis e imaginários. Essa normatização é negociada, de modo que, hoje em dia, em toda a estratégia de desenvolvimento é necessário levar muito em conta, em minha opinião, o que o sistema internacional como um todo está pretendendo, o que o centro está pretendendo, para poder traçar a estratégia mais conveniente para superar as dificuldades colocadas ao próprio processo de desenvolvimento econômico, social e tecnológico interno.

Poderíamos conversar mais sobre esses temas, mas acho que o tempo se encerrou. Espero, contudo, que o tempo não tenha se encerrado também para o Brasil, como mencionou o professor Hélio Jaguaribe. O tempo, aliás, nunca se encerrará porque nunca deixaremos de lutar.

Os desafios de como crescer

Carlos Lessa – professor da UFRJ

CERTAMENTE, O ESTADO é uma instituição absolutamente chave para definir e dar sustentabilidade a uma estratégia de desenvolvimento. E a globalização tem que ser assumida como um processo histórico, porém, ninguém recomendaria uma inserção passiva no processo de globalização. Trata-se, sim, de pensar como, de que forma participar, que limites colocar às suas exigências e determinações, e quais podem ser acionadas por uma espécie de princípio de *boomerang*, a favor de uma nova estratégia de desenvolvimento?

É claríssimo, também, que a inclusão social não pode ficar circunscrita a uma receita, vamos dizer, “delfiniana”: vamos deixar o bolo crescer pra melhor dividir. Creio que temos consenso que, no macroeconômico, é absolutamente



Foto Samuel Tosta

fundamental elevar a taxa de investimento. E estou falando de investimento para economistas, repudio a mistificação terminológica que fazem de “aplicações financeiras e investimentos”. São aplicações financeiras, são mutações patrimoniais e estou falando de investimento do tipo ampliação e transformação da capacidade de produzir.

É evidente que é necessário ter uma taxa de investimento maior e é evidente que deve haver uma orientação preferencial para acelerar o processo de inclusão social, reduzir as distâncias que estão presentes dentro da sociedade. Eu diria que em torno desses pontos todos estaríamos de acordo. O desacordo é em como fazer isso. Devemos começar a destacar alguns pontos sobre os quais temos que concentrar a nossa

ESPECIAL

controvérsia. A taxa de crescimento do Brasil é rastejante. Nos últimos 25 anos, foi a 2,3%; o triênio do último governo deu 2,58%, para uma taxa de crescimento demográfico de 1,6% ao ano. Para dobrar a renda *per capita* necessitaremos de mais de um século. É evidente, então, que estamos estagnados.

O paradigma não vem de fora

Em contraste, começam a invocar números da China, Índia, da Rússia e, em nosso continente, da Venezuela e Argentina. Aliás, para a nossa vergonha só estamos crescendo um pouco mais do que o Haiti, e estamos mais ou menos empatados, na penúltima posição continental, com El Salvador.

A análise comparativa é extremamente importante, porém, é perigoso adotar como paradigma. Não quero para o Brasil o destino chinês, de forma nenhuma. A China tem 1,3 bilhões de habitantes, dos quais 750 milhões estão no campo; tem um problema muito sério de produção de alimentos; o lençol freático, no Norte, esta caindo ano a ano porque a população que já foi transferida para a cidade está comprometendo, com o consumo de água na cidade e na indústria, o lençol freático no norte da China. Lá é previsível uma situação crítica em matéria de alimentos. Tampouco tem petróleo suficiente, embora com muita competência estejam desenvolvendo certos campos de petróleo e mantendo uns fechados. Sou inteiramente contrário às rodadas de venda de campos petrolíferos brasileiros, e gostaria de lembrar que os chineses estão desenvolvendo campos e fechando porque não os definem como *commodities*, mas sim como reservas estratégicas.

A Índia tem 350 milhões de miseráveis com menos de um dólar por dia; tem 40% do que a ONU considera como a miséria do mundo. Então, tomar a Índia como referência, beira quase a loucura, porque a Índia tem também um terrível problema de alimentos e tem outro de energia. A única saída possível para a Índia é termonuclear; felizmente, eles já têm a bomba e precisam dela porque o Paquistão e a China também têm. Não quero ser Índia nunca! E por favor, não me venham que a Índia tem capital humano, pois isso é uma bobagem. Tem boas universidades, formam bons matemáticos, bons estatísticos, excelentes engenheiros de informática, exportam mão de obra qualificada muito barata sob forma de US\$ 20 bilhões de

exportações e serviços. Agora, isso é usado como um grande argumento pelos neoliberais que gostam da teoria do capital humano. Outro dia estava o presidente do Banco Mundial recomendando que o Brasil faça uma política educacional igual à da Índia. É de rir!

Dou toda a minha solidariedade e reconheço o esforço que a Índia e a China fazem, mas não são paradigmas para nós. A Rússia, tampouco. Pior ainda é quando começam a citar Irlanda, Chile, Finlândia para tentar buscar um paradigma para o Brasil. Todo o Chile é menor que o Rio de Janeiro, que o PIB do RJ. Agora, os chilenos fizeram uma coisa inteligente em não privatizar o cobre. Então, o governo chileno tem uma receita direta em divisas, o que é uma grande vantagem. A nossa seria a Vale do Rio Doce e foi a primeira que o FHC fez questão de privatizar.

A taxa de crescimento do Brasil é rastejante. Nos últimos 25 anos, foi a 2,3%; o triênio do último governo deu 2,58%, para uma taxa de crescimento demográfico de 1,6% ao ano. Para dobrar a renda *per capita* necessitaremos de mais de um século. É evidente, então, que estamos estagnados

Os neoliberais dizem que a Coréia se desenvolveu por causa de capital humano. É uma mentira total. Fez uma reforma agrária, contou com uma injeção brutal dos norteamericanos. O Estado coreano foi o mais interventor possível, formou os grandes grupos coreanos dentro do útero. Se há paradigma não liberal é a Coréia, agora não é copiada pelo Brasil neoliberal. Coréia é a Coréia.

Previdência ou Seguridade?

Eu proponho um exercício de introspecção tupiniquim. Devemos destacar alguns temas onde temos que concentrar nossa atenção. Um deles é a Previdência Social. E por que a cito? Porque esse é o alvo no momento dos neoliberais. Eles estão tentando

construir uma demonologia, pelo qual a dívida brasileira de R\$ 1 trilhão é igual ao que eles chamam de “déficit da previdência acumulada de 1993 para cá”. Estão procurando defender a idéia de que é fundamental desvincular o salário mínimo da base da Previdência; 63% dos benefícios da previdência são do salário mínimo. Tem um senhor aí, Paes de Barros, que diz a seguinte loucura: “que a orientação social brasileira é pró-velho”. O “pró-velho” é porque no fundo ele gostaria que o sistema de proteção dos velhos fosse eliminado. Ele se apresenta como “pró-criança”.

A Previdência tem que ser discutida e temos que remontar à discussão que foi colocada pelos constituintes de 1988, o conceito de orçamento de seguridade social. Nós economistas fizemos ouvidos fechados a esse conceito, realmente inovador, porque estabelecia a idéia seguinte e fundamental: há um pacto pelo qual a sociedade decide que nenhum velho morre sem ser assistido. Há um pacto pelo qual a sociedade decide que nenhum portador de deficiência grave, de família pobre, morrerá sem assistência. Há um pacto pelo qual a sociedade decide que todo e qualquer brasileiro, ao encerrar a sua vida laboral, tem direito a uma aposentadoria digna; e há um pacto pelo qual a sociedade diz que fará todo o esforço para minimizar a dor. Então, era Previdência, saúde e assistência social comporiam um orçamento, com uma mudança radical em relação à visão montada pelos neoliberais.

Se existe esse pacto, significa que a decisão de gastar antecede à receita. No orçamento fiscal, a decisão de gastar está condicionada ou tem que estar referenciada a uma primeira decisão com respeito à receita. No orçamento de seguridade não. “Mataremos ou não os velhinhos?”; “deixaremos ou não os portadores de deficiência na desgraça?” Nós pactuamos dar prioridade à proteção social, na Constituinte de 1988, e o primeiro crime contra ela foi feito por FHC. Depois o Palocci, mas antes o Malan, se apropriaram da base que foi criada pela Constituinte, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido e a Cofins, para considera-las receita da União, que vai para a caixa preta do superávit fiscal.

Está sendo preparado um crime social. E qual é a posição dos economistas? Não basta dizer que é contra, tem que propor com clareza qual é o modo pelo qual pensaremos a Previdência – como seguridade ou só como previdência? As contribuições sociais devem ser ou não base do orçamento de seguridade? Essas são questões fundamentais.

Lutar por uma visão de longo prazo

Professor João Paulo de Almeida Magalhães,
presidente do Corecon-RJ

MINHA FUNÇÃO aqui é justificar o Centro de Estudos para o Desenvolvimento, o CED. Por que ele é necessário para o Brasil? Recentemente, um banco de investimentos estabeleceu uma lista de países que supostamente, nos próximos 40 anos, substituirão os países componentes do Grupo dos 7. E diz que esses países serão as potências econômicas do futuro dentro de 40 anos. É o Brics: Brasil, Rússia, Índia e China.

Hoje se discute se o Brasil tem direito de estar no Brics. Se tomarmos alguns dados vemos que a China, no período de 1990 a 2004, cresceu na média anual de 9,3%. A Índia cresceu, em média, 5,7%. A Rússia, em um período mais curto, nos últimos cinco anos, cresceu 6,8%. E o Brasil, de 1990 a 2004 cresceu apenas 2%. Se considerarmos não apenas as economias emergentes, mas todos os países, no último biênio o mundo cresceu 9,9% e o Brasil, apenas 5,7%. A previsão para 2005 era de um crescimento mundial de 4,3% e do Brasil, 3%. E não chegamos a 3%.

Esses dados são preocupantes, mas lembraria que a maior preocupação é o fato de que o Brasil deveria crescer de 3,5% a 4% ao ano para empregar cerca de 1,5 milhão de jovens que chegam ao mercado. Estamos nos últimos 25 anos crescendo de 2%, 2,5%. Um documento do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI) procura responder se o Brasil está se desindustrializando. E a resposta é que está.

Há uma desindustrialização relativa que, por enquanto, ainda é recuperável. O Brasil ainda tem capacidade industrial, mas isso pode não durar muito tempo. O fato mais preocupante é que os formadores de opinião estão hoje submetidos àquilo que eu chamaria de uma barreira psicológica. Essa barreira psicológica é importante porque impede a esses formadores de opinião reconhecerem a realidade brasileira e, portanto, de criar as condições para que ela seja modificada.

Os comentaristas econômicos e políticos dizem que Lula ainda tem uma coisa muito favorável à sua reeleição: eticamente a situação é complicada, mas economicamente o país vai



Foto Samuel Tosta

bem. Isso é impressionante. E por que a economia brasileira vai bem? É a ideia do curto prazo que está dominando nosso pensamento econômico, é a falta de visão de longo prazo, a falta de uma visão estratégica.

Na verdade, acredita-se que o Brasil vai bem simplesmente porque estamos em uma situação em que a inflação é baixa, em que a dívida pública é alta, mas está sob controle, e que o Brasil está exportando, está tendo superávits comerciais elevados. Mesmo em uma perspectiva de curto prazo já seria discutível porque, na verdade, a inflação está sob controle porque estamos aplicando altíssimas taxas de juros, o que está parando com o desenvolvimento. Se a dívida pública está sob controle é porque temos um superávit primário imenso, que cortou toda a capacidade de investimento do governo, que está sendo obrigado a recorrer à parceria público-privada. E mesmo as exportações que são o carro-chefe do governo, sabemos que devido à sobrevalorização do real elas estão se concentrando em *commodities* e as exportações mais refinadas de manufaturados estão encontrando dificuldades, há desemprego nesses setores. Portanto, temos aí uma situação extremamente grave.

O critério básico para julgar se a economia vai bem é a taxa de implementação do PIB. No caso brasileiro e levando em conta a experiência recente de países de economias emergentes, ela deveria ser de 7% ao ano. O Brasil cresceu 2,6%. O que está preocupando hoje esses

formadores de opinião são os desequilíbrios cambial, monetário e fiscal. Ora, esses desequilíbrios em um país em desenvolvimento só devem ser considerados em função do que possam ajudar ou prejudicar o desenvolvimento. Um trabalho recente do BNDES sobre a Índia, mostra que ela começou a crescer com grande rapidez a partir dos anos 90, e uma das causas desse crescimento foram déficits fiscais altamente elevados.

Bloqueio psicológico

Tem uma outra manifestação desse bloqueio psicológico que é a do risco Brasil. Quando o risco Brasil cai, aplausos ao governo, considera-se que o país está indo bem e, no entanto, esse índice, que analisa o risco para o banqueiro internacional, para as finanças internacionais, freqüentemente está em choque com os reais interesses do país. Acredito que será necessário criar um outro indicador chamado “perigo Brasil”, que será o contrário do risco Brasil: quando baixa o risco Brasil, o “perigo Brasil” sobe, porque foi uma medida neoliberal, que o governo tomou contra os interesses do país. Em função desse bloqueio psicológico é que a opinião pública não está coincidindo com essa visão dos formadores de opinião.

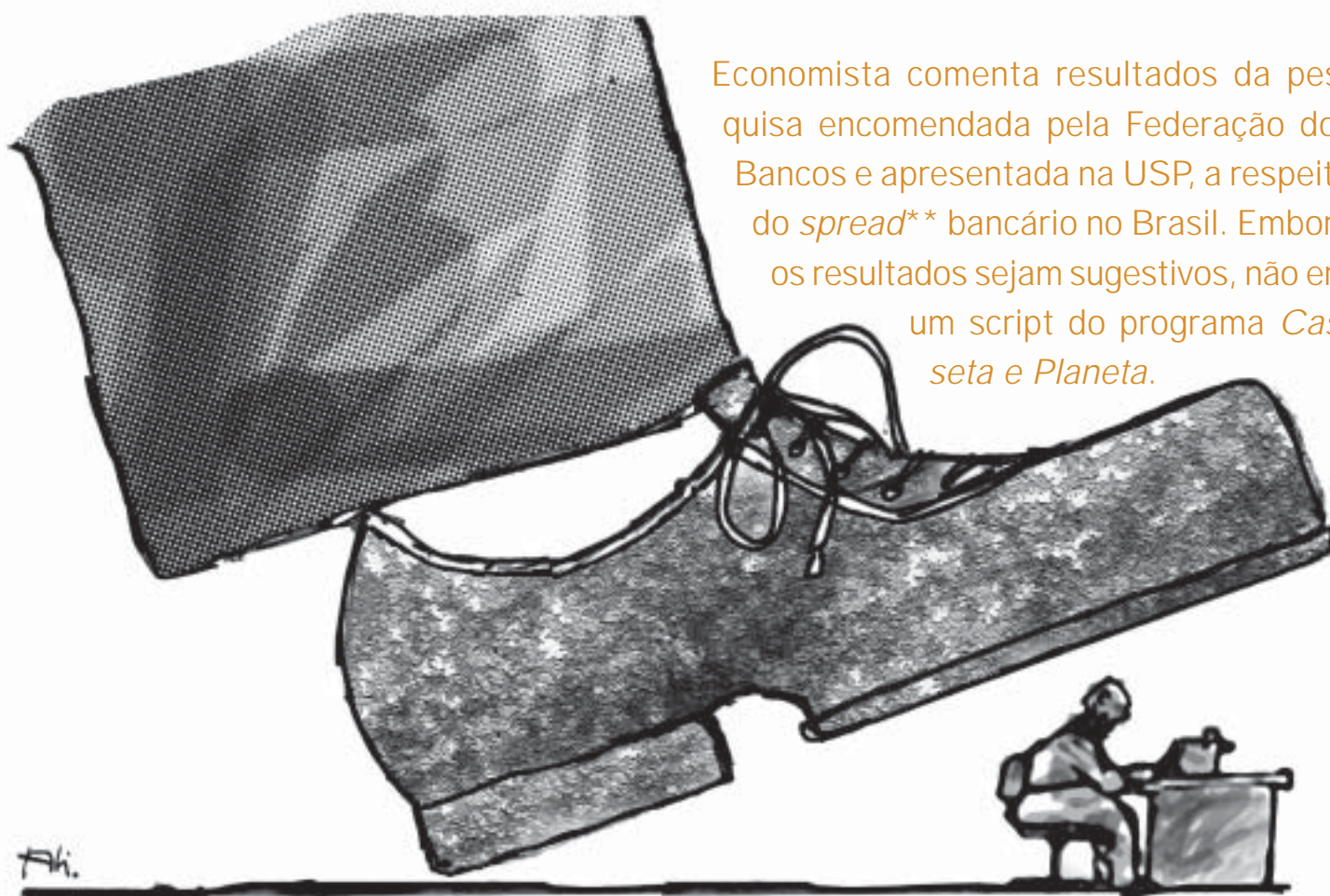
Uma pesquisa publicada há pouco pela CNI-Ibope indagou até que ponto o eleitor considera que deve haver mudança na economia: 54% disseram que deve haver mudança profunda; 24% alguma mudança; e apenas 16% aceitam que se deva continuar com essa política econômica que está sendo levada pelo governo. Aí entra a importância de um Centro de Estudos como o nosso.

A criação do CED se dá em um momento extremamente importante, da eleição presidencial. Devemos exigir dos candidatos que se manifestem sobre o que fazer, para que o Brasil escape dessa situação lamentável. Portanto, é uma estratégia o que realmente está faltando para o Brasil. E a luta por essa estratégia é o que se propõe o CED. ■

POLÊMICA Eduardo Bassin*

Febraban divulga pesquisa: *spread* dos bancos é de 1%

Economista comenta resultados da pesquisa encomendada pela Federação dos Bancos e apresentada na USP, a respeito do *spread*** bancário no Brasil. Embora os resultados sejam sugestivos, não era um script do programa *Caseta e Planeta*.



O debate sobre o *spread* não é novo e apresenta muitas controvérsias. Os empresários mostram grande insatisfação por terem que pagar juros estratosféricos para poder financiar sua produção. Os bancos alegam que as taxas são altas devido à taxa praticada pelo Banco Central. Agora que estamos em uma trajetória descendente da curva de juros, os bancos alegam que suas taxas não declinam na mesma proporção devido à grande inadimplência dos tomadores, principalmente das pessoas físicas.

Descontente com a imagem que a população em geral tem das instituições bancárias, a Febraban encomendou a 2ª edição do estudo sobre a apuração do *spread* da indústria bancária à Fundação Instituto

de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi), cuja apresentação foi realizada há pouco na USP.

O estudo foi bem elaborado e como principal fato inovador mostra o *spread* sob três diferentes óticas: a) *spread* ou margem bruta; b) *spread* ou margem direta; e c) *spread* ou margem líquida. A primeira definição corresponde à diferença entre as receitas de operações de crédito e a despesa total de captação. A segunda, ao resultado do *spread* bruto deduzido as despesas diretamente identificáveis com os produtos, como impostos diretos, provisões para devedores duvidosos e despesas com o fundo garantidor de crédito.

A terceira e última definição corresponde ao *spread* ou margem direta menos as despesas operacionais (despesa de pessoal

e outras despesas operacionais), o imposto de renda e a contribuição social. Corresponde, portanto, às receitas das operações deduzidas das despesas de captação, despesas diretas, despesas operacionais, do imposto de renda e da contribuição social. É bom lembrar que os bancos vêm cortando postos de trabalho ano após ano. Além disso, são os que menos sofrem tributação, comparados ao setor produtivo.

O estudo mostra que “normalmente é divulgado somente o *spread* bruto, oferecendo um resultado incompleto, parcial e ilusório do resultado da intermediação financeira no Brasil”. Além deste diferencial de apuração do *spread* em três categorias, houve a apuração também para pessoa física e pessoa jurídica.

A pesquisa foi elaborada com uma amostra de 11 bancos, divididos entre grandes bancos privados nacionais, públicos, estrangeiros e de pequeno porte, representando 75,8% do ativo total das instituições do setor bancário e respondendo por 76,4% dos créditos.

Escândalo nacional

A Fipecafi registra que não teve acesso aos dados originais necessários para a determinação do *spread* bancário, recebendo os números diretamente das próprias instituições. Este fator mostra que há a possibilidade

Banco Central, Gustavo Loyola, perguntou se “o *spread* cobrado da pessoa física não estaria excessivamente gordo” (sic). Ao final da apresentação do estudo, um participante que estava na plateia perguntou ao economista chefe da Febraban: “se a Fiesp tivesse encomendado este estudo, os percentuais de *spread* encontrados seriam os mesmos encontrados para o estudo encomendado pela Febraban?” referindo-se aos 1% apontados. Façamos um exercício mental para tentarmos encontrar a resposta.

Um outro estudo apresentado pela BDO Trevisan para o governo, em Brasília, aponta o elevado *spread* bancário como um dos principais entraves para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro. O *spread* é o balizador na decisão das empresas de tomar recursos ou se autofinanciar.

Os empresários reclamam que pagam taxas altíssimas e os banqueiros se defendem com estudos. De quem é a culpa? Vamos amadurecer o debate. ■

**QUADRO 01 – ESTRUTURA DO SPREAD BANCÁRIO NO BRASIL
PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS (EM%)**

	PJ	PF	Total
Saldo médio do capital emprestado	100,0	100,0	100,0
A - Receita de aplicação financeira	9,4	16,5	12,7
B - Despesas de captação	(4,8)	(4,9)	(4,8)
<i>Spread</i> Bruto	4,6	11,6	7,9
<i>Spread</i> Direto	3,2	7,6	5,3
<i>Spread</i> Líquido	0,5	1,6	1,0

Nota: Dados do 1º semestre de 2005

Fonte: Estudo sobre a apuração do *spread* na indústria Brasileira. Disponível em www.febraban.org.br

Podemos ver que o *spread* bruto apontado pelo estudo é de 7,9%, o direto, 5,3%, e o *spread* líquido igual a 1%. A grande questão é que os bancos apresentam resultados incríveis a cada ano, mesmo com um *spread* de 1%, como divulgado pelo estudo.

de eventuais impropriedades ou inadequações em razão de não haver uma validação ou auditoria nos dados originais.

As taxas estão muito elevadas, e são um escândalo na economia nacional. Presente à apresentação do estudo, o ex-presidente do

* Economista – www.bassin.com.br.

** *Spread* é a diferença entre o custo de captação e a taxa que as instituições bancárias oferecem recursos para as pessoas físicas e jurídicas, o lucro dos bancos.

RESENHA

Os anos de chumbo narrados por Francisco Soriano

Gisele Rodrigues*

Quatro décadas após a instalação da ditadura militar no Brasil, Francisco Soriano narra, no livro que acaba de lançar – A Grande Partida: Anos de Chumbo –, a sua saga e a de seus companheiros, vivida na clandestinidade, onde conta o que foi o dia-a-dia daqueles envolvidos no enfrentamento das forças da repressão, seus “pontos”, reuniões, discussões e planos; seus sonhos e romances; pichações, panfletagens, comícios-relâmpagos e ações armadas; suas vidas e suas mortes.

O resgate histórico, escrito em tom revolucionário, mas também romântico, conforme o autor faz questão de frisar, toca o leitor porque o convida a uma caminhada pela dignificação do ser humano, aguçando a convicção de que sempre vale a pena viver, sonhar e lutar, sobretudo junto a bons companheiros, pelo que é

justo, ainda que não haja vitórias aparentes.

Com 424 páginas e prefaciado pelo advogado Modesto da Silveira, defensor nos tribunais de exceção de muitos dos militantes que foram à luta contra a ditadura, o livro “A Grande Partida: Anos de Chumbo” fornece informações importantes para uma análise mais apurada dos últimos 50 anos do Brasil, com destaque para a década de 60. Descreve o endurecimento forçado de um humanista em sua trajetória para participar da luta de libertação de uma sociedade submetida ao terrorismo do Estado policial. É também um chamamento à luta, ao evidenciar que quando se equacionou a contradição predominante da ditadura versus democracia, outras passaram a explicitar-se: neoliberalismo versus economia solidária, soberania nacional versus dominação norte-americana etc.

* Economista



Onde comprar - O livro de Francisco Soriano está à venda na Livraria do Museu da República e também pode ser adquirido no Sindipetro-RJ - (21) 3852-0148; na Associação dos Engenheiros da Petrobras (Aepet) - (21) 2513-1110; Movimento em Defesa da Economia Nacional (Modecon) - (21) 2262-5734; e na Associação dos Anistiados Políticos da Petrobras (Conape) - (21) 2262-2945.

É FÁCIL DECORAR. É FÁCIL REFORMAR.

O Banrisul financia para você.



* Crédito sujeito a aprovação.

Financiamento Construção & Decoração

Para construir, reformar ou decorar sua casa ou escritório, conte com o Banrisul. Faça um orçamento em qualquer estabelecimento comercial, apresente-o em sua agência e o Banrisul financia* com prazo alongado e parcelas fixas, incluindo as despesas com a mão-de-obra. Dessa forma, o lojista recebe à vista e você pode negociar um desconto.

www.banrisul.com.br
banrisul
BANCO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL S.A.

 Governo do
Rio Grande do Sul
ESTADO QUE TRABALHA UNIDO

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Entidades se mobilizam pela criação de nova lei

Fórum Brasil Popular, articulação de várias entidades e movimentos sociais, propõe a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal e Social



que participássemos do seu Conselho Político. O convite foi aceito e o conselho foi criado em 16 de março de 2006, em Brasília.

Abrimos espaço neste importante veículo de comunicação para divulgar o manifesto abaixo, do qual somos um dos signatários. Ele conclama a sociedade a participar da elaboração de uma Lei de Responsabilidade Fiscal e Social. Vale destacar que essa proposta encarna as bandeiras levantadas pelo FPO-RJ ao longo de seus 10 anos de atuação, quais sejam: transparência e clareza das informações orçamentárias; participação popular na elaboração, execução e fiscalização das peças orçamentárias; e priorização dos gastos sociais.

Com efeito, sentimo-nos honrados em participar desse processo articulado pelo Fórum Brasil de Orçamento (FBO). E publicamos a seguir o manifesto que convoca o apoio de entidades e movimentos para esta iniciativa de lei, a ser apresentada ao Congresso Nacional no dia quatro de maio.

Igualmente relevante foi o convite feito pela Campanha Auditoria Cidadã da Dívida para

Essas novas atuações somadas à nossa presença no Comitê Social do Pan/2007 demonstram a intensificação da inserção do FPO-RJ, junto aos movimentos sociais. A seguir, a íntegra do manifesto.

Por uma Lei de Responsabilidade Fiscal e social – LRFS

Sabemos que o nível de desenvolvimento de nosso país é insatisfatório e insuficiente para superar a imensa dívida social.

A causa desse atraso também é conhecida: a estratégia político-econômica adotada há mais de uma década e que sobrepõe temas de ordem financeira às questões sociais.

A política econômica tem provocado cortes inadmissíveis nas despesas públicas essenciais para a sobrevivência da maioria da população, ao mesmo tempo em que tem elevado os recursos destinados ao pagamento das dívidas – interna e externa – beneficiando diretamente banqueiros e rentistas.

O pilar dessa política encontra-se na construção do chamado

superávit primário, que desvia dos gastos sociais vultosos recursos públicos federais apenas para o pagamento de juros de dívidas que são impagáveis. Seu sustantivo jurídico está na Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar 101/2000.

O Fórum Brasil do Orçamento (FBO), articulação de entidades da sociedade civil e movimentos sociais brasileiros na defesa da democratização dos processos orçamentários e na ampliação dos recursos públicos aplicados na área social, sustenta que a defesa de políticas públicas sociais eficazes envolve iniciativas para além da questão orçamentária. Nesse sentido, o FBO iniciou a construção de uma proposta de Lei de Responsabilidade Social em contraponto à Lei de Responsabilidade Fiscal, que permitirá, com responsabilidade fiscal, priorizar os gastos sociais e combater as desigualdades, visando à melhoria da qualidade de vida de toda a população brasileira e a garantia dos direitos sociais estabelecidos na Constituição da República.

Entretanto, não basta destinar apenas mais recursos para área social. É preciso abrir novos espaços que ampliem o poder popular na decisão sobre os

recursos públicos. Por isso, propomos a criação do sistema público de monitoramento da gestão fiscal e da gestão social, garantindo a indispensável participação social na definição, no acompanhamento da execução e na avaliação das políticas públicas como forma de avanço na gestão social do Estado brasileiro.

A participação popular na elaboração e construção coletiva de uma lei de responsabilidade social aumenta sua legitimidade e por isso exige o envolvimento de toda a sociedade. Assim sendo, conclamamos a participação de todas as pessoas e entidades interessadas no debate sobre responsabilidade social dos administradores públicos.

O resultado deste processo de construção coletiva culminará com a entrega ao Congresso Nacional, de proposta de alterações na Lei de Responsabilidade Fiscal, no dia 4 de maio de 2006, há exatos 6 anos de sua promulgação.

Brasília, 22 de março de 2006.

Fórum Brasil de Orçamento – FBO

Para assinar este manifesto e/ou contribuir com sugestões e críticas utilize o correio eletrônico: fbo@forumfbo.org.br. Para saber mais sobre o processo de mobilização, visite a página eletrônica do FBO: www.forumfbo.org.br.

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro.
Coordenação: Conselheira Ruth Espinola Soriano de Mello, Supervisão: Economista Luiz Mario Behnken.
Estagiários: Julliana Medeiros e Pedro Gonçalves

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

Corecon-RJ lança Prêmio de Monografia Celso Furtado 2006

A partir de 10 abril, estarão abertas as inscrições para o 16º Prêmio Anual de Monografia Celso Furtado, promovido pelo Corecon-RJ. Para concorrer, os trabalhos devem ter sido concluídos no primeiro e segundo semestre de 2005 e também ser

indicados pelos Departamentos de Economia dos Centros de Ensino das Universidades do Rio de Janeiro.

As inscrições vão até 26 de maio e o primeiro colocado receberá o prêmio de R\$ 2,5 mil. Ao segundo caberá a premia-

ção de R\$ 1,5 mil e, ao terceiro, R\$ 1 mil. Haverá ainda Menção Honrosa para a quarta colocação.

Maiores informações pelo telefone (21) 2103-0111, com Márcia Ayres, ou pelo correio eletrônico: marcia@corecon-rj.org.br.

Flagrantes do lançamento do CED

Na foto ao lado, o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães troca idéias com João Paulo de Almeida Magalhães. Abaixo o coordenador do CED, economista Maurício Dias David.



Fotos Samuel Tosta



Na foto à esquerda, os economistas Gilberto Caputo, Regina Gadioli dos Santos e Paulo Passarinho. Ao lado, Caputo, José Antônio Lutterbach Soares e, de costas, Regina Gadioli.

Ao lado, Carlos Lessa em sua palestra. À direita, Hélio Jaguaribe recebe homenagem das mãos do Presidente do Corecon-RJ, João Paulo de Almeida Magalhães.

